

PMDB começa a negociar acordo na Constituinte

BRASÍLIA — A partir de agora, o PMDB vai considerar secundárias todas as questões que não se refiram à Constituinte. As principais lideranças do Partido — sem a participação do Líder do Governo, Carlos Sant'Anna — deram início ontem a uma série de entendimentos, dentro e fora do PMDB, dos quais pretendem que resulte uma Constituição moderna, que corresponda às expectativas da sociedade.

O encontro mais importante de ontem foi entre o Presidente do Partido, Ulysses Guimarães, e o Senador Mário Covas, que marcaram para a próxima semana nova reunião, incluindo os líderes no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e na Câmara, Luiz Henrique. O Deputado Bernardo Cabral, presente ao encontro no gabinete de Ulysses, deverá ser o relator do anteprojeto que sairá desse acordo interpartidário.

Resolvido que o entendimento interno será através de seus líderes formais — "as principais cabeças", de acordo com Ulysses e Covas —, o PMDB reinicia hoje as conversas interpartidárias. As 9 horas, na Biblioteca da Câmara, os vice-líderes do Partido tentaram fechar um acordo sobre 12 questões com o "grupo moderno" do PFL. As conversas vinham ocorrendo há algum tempo e foram paralisadas por causa da Convenção. Deste novo encontro participará o PCB e, provavelmente, representantes do PT e do PC do B.

O que facilitou as conversas entre PMDB e PFL — é bem verdade que até agora são frações dos partidos — foi a exclusão de temas como mandato presidencial e sistema de Governo. Esta experiência serviu para inspirar a conversa de Ulysses e Covas.



Ao lado de Archer e Reale Júnior, Ulysses conversa com Cabral (à direita)

O PMDB vai tentar o entendimento interno sem tocar nesses temas, que serão livres para serem votados.

Quanto ao mandato, o colégio de vice-líderes do PMDB na Constituinte decidiu encarregar os Deputados Miro Teixeira e Osvaldo Macedo como coordenadores da emenda popular fixando a eleição presidencial em 15 de novembro de 1988.

Covas e Ulysses procuraram garantir a participação de Bernardo Cabral como o intérprete das conversas que vão acontecer daqui para a frente.

— Se Cabral não for o relator desse entendimento, será atropelado por ele. Mas ele não vai querer ser o re-

lator da minoria e ser derrotado — disse um vice-líder do PMDB.

O Senador Itamar Franco (PL-MG) apresentou ontem à Comissão de Sistematização duas emendas fixando em quatro anos o mandato do Presidente Sarney e de seus sucessores. Itamar propõe que seja impedida a reeleição e que as próximas eleições presidenciais se realizem em 15 de novembro de 1988.

Até o final da tarde, a Comissão de Sistematização acusava o recebimento de mais de 300 emendas de plenário. A Constituinte recebeu também mais uma emenda popular, propondo que a educação religiosa seja garantida pelo Estado no ensino de primeiro e segundo graus, como elemento curricular, respeitadas a

Razões

A CÚPULA da Constituinte preocupa-se com o desinteresse de deputados e senadores pelo debate em plenário do anteprojeto aprovado pela Comissão de Sistematização.

SUGERE-SE um motivo: há constituintes que leram o calhamaço, e há os que não tiveram fôlego para percorrê-lo até o fim.

FALTA a uns a motivação para debatê-lo, por não o conhecerem — e a outros, porque o conhecem.

pluralidade cultural e a liberdade religiosa.

Entre as emendas de plenário, há uma do Deputado Messias Soares (PMDB-RJ), propondo o monopólio do ouro no Brasil a partir de 1 de janeiro de 1989. Até lá, o Governo criaria uma empresa para cuidar do garimpo, industrialização e comercialização do ouro. O Deputado Paes de Andrade (PMDB-CE) apresentou várias emendas, uma delas pedindo que a União desapropriasse latifúndios improdutivos, mediante indenização de sua parte produtiva em títulos da dívida pública resgatáveis em 20 anos. A indenização das benfeitorias seriam pagas em dinheiro e o Executivo apontaria zonas prioritárias para desapropriação.

Constituintes receberão texto com as decisões aprovadas na convenção

BRASÍLIA — O PMDB distribuirá a todos os seus constituintes um documento contendo os textos aprovados pela maioria dos convencionais, como a posição oficial do Partido sobre os oito temas abordados pelo questionário distribuídos no final de semana. Esta decisão foi tomada, ontem, pelo Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e pelo Líder na Constituinte, Senador Mário Covas.

Publicamente, porém, Ulysses negou que já tivesse tomado esta decisão, que ainda teria que ser mais discutida.

— O resultado será submetido a outros companheiros — disse.

A alguns interlocutores, no entanto, Ulysses e Covas confirmaram a deliberação. O documento não terá força dogmática mas servirá de orientação aos 305 constituintes.

— Sabemos que não vamos obrigar o Roberto Cardoso Alves e o Prisco Viana a votar como quiserem. Mas o documento terá grande força política — garantiu um Vice-Líder do PMDB.

Enquanto isso, o Senador Fernando Henrique Cardoso (SP) apresentou e Ulysses Guimarães leu e fez aprovar quase que desapercivelmente na Convenção do Partido um parecer aprovando 67 moções, com algumas claras censuras ao Governo.

Este conjunto de propostas reconhece, entre outras declarações, que "somente se justifica" a atual políti-



Fernando Henrique critica Governo

ca de estabilização da economia "se se criam em prazo razoavelmente curto, condições que permitam reafirmar a economia e perseguir o objetivo fundamental de recuperação e elevação dos salários reais."

Para se chegar a este objetivo, o parecer aponta alguns caminhos "com ênfase no controle mais efetivo

das taxas de juros e na redução da drenagem de recursos para o exterior por conta da dívida externa."

Daí, ressalta, decorre o respaldo a uma posição de firmeza na negociação com os credores externos, rejeitando a imposição de políticas ou metas do FMI, condicionando a suspensão da moratória a uma solução de médio e longos prazos para a questão dos juros da dívida e definindo condições para a conversão dos juros em capital de risco, de modo a evitar a desnacionalização da economia.

Com relação a Assembléia Nacional Constituinte e com observações mais de ordem política, o documento defende um Legislativo mais forte — independente do regime de Governo que venha a se adotar —, o direito de greve e a sindicalização dos servidores públicos, o controle do endividamento externo pelo Legislativo, a anistia e a realização de plebiscito sobre questões controvertidas no debate constitucional.

Ele também reafirma os compromissos do Partido em relação à estabilidade de emprego, com proibição da dispensa imotivada, e à redução da jornada de trabalho, sem precisar qual a redução desejada.

Os convencionais do PMDB também aprovaram o "repúdio à aplicação da Lei de Segurança Nacional contra manifestações — ainda que exacerbadas — de divergência política", numa clara alusão aos incidentes do Rio de Janeiro.

Arraes quer que partido mude a maneira de agir

RECIFE — O Governador Miguel Arraes disse ontem que o PMDB precisa urgentemente reformular a sua maneira de agir, retomando as suas bandeiras históricas e se aproximando da população, sob pena de se transformar num partido tradicional como foram a Arena e o PDS.

Para isso, segundo ele, não é necessário sequer rever o programa partidário, e sim "sustentar as mesmas diretrizes que o fizeram merecedor de confiança da maioria esmagadora do povo brasileiro nas últimas eleições".

Para Arraes, o PMDB não pode se identificar simplesmente como o partido do "sim" ou do "não", porque se trata de uma frente social que abraça forças políticas de diferentes tendências.

Por isso, na sua opinião, cabe ao partido não apenas ficar a favor ou contra o Governo, e sim examinar o que está correto e o que não está correto para ajudar a população a se exprimir.

Ele voltou a se manifestar contra a campanha pelas "diretas já", alegando que a tarefa política mais importante hoje no País é a Constituinte.

— O povo brasileiro haverá de eleger pelo voto direto o próximo Presidente da República, mas o Brasil atravessa uma fase de transição política na qual o fundamental é a elaboração do futuro texto constitucional, porque é nele que estarão fixadas as bases do regime de liberdade e de democracia que todos desejam consolidar, desde a primeira campanha pelas diretas — afirmou.

Centro Democrático não vai cumprir as decisões que considera polêmicas

BRASÍLIA — Os integrantes do Centro Democrático avisam que não vão cumprir as decisões tiradas na Convenção do PMDB sobre os temas polêmicos na Constituinte, como reforma agrária, reserva de mercado, empresa nacional e princípios gerais da ordem econômica. Eles alegam que a Constituinte é soberana, estando acima da legislação ordinária e do estatuto do Partido, que obriga os filiados a cumprirem o programa.

— Esta cartilha é uma impostura, uma esperteza política. Não vale nada, é uma perda de tempo — descarregou o Deputado Roberto Cardoso Alves (SP), questionado sobre o resultado do trabalho. Ele lembra que "o PMDB lutou toda a sua vida por uma Constituinte livre e soberana. Assim, não há estatuto que supere a Constituinte. Ela revoga tudo que está contra ela."

A posição do grupo ficou fortalecida, ontem, com o apoio do Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral. Ele comentou que os constituintes do PMDB deverão ter o resultado do questionário "como um norte, mas não como obrigatório." Já o Líder na Constituinte, Mário Covas, discordou desta posição. Depois de afirmar que o resultado não foi surpreendente mas "muito lógico", falou sobre o cumprimento da decisão.

Acha que os constituintes do PMDB "devem cumprir." Mas logo

acrescentou que "esta obrigação, imposta pelo Código de Ética, é menos importante do que a obrigação de natureza política. Quando um Partido se reúne e toma uma decisão, todos têm que cumprir. Pouco importa o Código ou a legislação."

Mas os integrantes do Centro Democrático também criticam o encaminhamento do questionário:

— Achei aquilo esquisito. Tinha gente entregando o questionário já preenchido. Foi um grupinho de "xixias" que armou aquilo, e agora dizem que é decisão da Convenção — comentou o Deputado Marcos Lima (MG).

O Deputado Cardoso Alves foi além e fez uma denúncia de fraude no processo de votação das questões polêmicas. Segundo ele, o Deputado "progressista" Vicente Bogo (RS) distribuiu entre os convencionais 400 cédulas previamente marcadas com as propostas do seu grupo. Estas cédulas podem ter sido colocadas nas urnas.

O Deputado Vicente Bogo confirmou que distribuiu estas cédulas, feitas a partir de cópias xerográficas do modelo distribuído pela Executiva do Partido. Mas salienta que os convencionais assinavam um livro no momento de votar. Assim, se tivessem colocado estas cópias de cédulas na urna, o número de votos teria sido maior do que o número de assinaturas — o que não ocorreu.

Posições só divergem sobre a desapropriação de terras

BRASÍLIA — A grande maioria das teses aprovadas pelos convencionais do PMDB, no questionário sobre temas polêmicos da Constituinte, coincide com o anteprojeto elaborado pelo Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral. Ele mesmo reconhece este fato, salientando que há discordância total apenas no item que define os critérios para desapropriação da propriedade rural.

A proposta do Relator prevê a desapropriação somente quando a propriedade rural for improdutiva. Essa alternativa recebeu 37,3% dos votos dos convencionais. Venceu a tese mais "progressista", onde está prevista a desapropriação da propriedade que não cumprir com sua função social. Mas Cabral não demonstrava preocupação com esse detalhe. Ele lembra que o artigo sobre reserva de mercado incluído no seu anteprojeto recebeu uma aprovação de 90,1% dos convencionais.

Um índice ainda maior — 90,3% — foi conseguido pelo item que define a admissão do capital estrangeiro. Deve ser "no interesse nacional", diz a Resolução da Convenção, repetindo o anteprojeto de Cabral. A proposta aprovada pelos convencionais acrescenta, porém, um detalhe: a norma constitucional deve cumprir dispositivos a serem observados na legislação complementar.

A definição de empresa nacional como aquela que tem o controle decisório e capital em poder de brasileiros ou pessoas físicas domiciliadas no País — a mesma que Cabral adotou e que recebeu acusação de frau-

de, da Deputada Sandra Cavalcanti — teve 84,7% dos votos. Na área de ensino público e comunicações, o apoio não foi tão expressivo, mas também prevaleceram as teses de Bernardo Cabral. Os recursos públicos serão liberados para escolas públicas, com exceção apenas para escolas comunitárias confessionais e filantrópicas.

As concessões de rádio e Televisão serão outorgadas pelo Executivo e referendadas pelo Congresso Nacional, ouvido o Conselho Nacional de Comunicações (77,1%).

No item sobre Reforma Agrária, os convencionais concordaram com o Relator na questão da função social da terra cumpre função social quando atende simultaneamente a todos os requisitos enumerados na Constituição. A opção derrotada previa o atendimento de apenas uma das exigências.

Em relação a princípios gerais da ordem econômica, existem tanto divergências quanto coincidências entre o texto aprovado e o anteprojeto do Relator. O texto aprovado pelos convencionais diz que há preferência para a empresa nacional, como também estabelece Cabral. Mas o Relator também coloca que a ordem econômica é fundada na livre iniciativa. Esse detalhe fazia parte da alternativa derrotada pelos convencionais, com apenas 19,4% dos votos. A proposta derrotada também fazia restrições à intervenção do Estado, algo que igualmente consta no anteprojeto da Constituição.

Para Simon, encontro foi em hora errada mas ninguém saiu perdendo

PORTO ALEGRE — Ao retornar ontem de Brasília, o Governador Pedro Simon disse que na Convenção do final da semana, "o PMDB teve mais sorte do que juízo, pois este não era o momento para realizá-la". A relação do partido com o Presidente da República saiu fortalecida, no entender do Governador gaúcho.

Na avaliação que disse ter feito com a cúpula partidária até as 3 horas da madrugada de ontem, a conclusão foi que "o saldo final de tudo foi positivo, para o Governo, para as instituições e para o partido, que venceu mais uma etapa, e que contra a expectativa de muitos, ainda não implodiu".

Pedro Simon não concorda com os que dizem que o Presidente ficou magoado pelo fato de seu mandato não ter sido definido como pretendia. Eles não ressaltam que a fórmula final encontrada teve a participação de José Sarney". Destacou que "no encaminhamento das votações,



Simon: o saldo final foi positivo

não houve uma frase que ferisse a dignidade do Presidente".

— O PMDB continuará o mesmo, ainda com as suas divergências internas e debates. Só não vêem a beleza do debate que aconteceu, os que

não estão acostumados a conviver com a democracia. Esse convívio é difícil até mesmo para o partido.

— No final do debate inédito que o País jamais viu, ficou claro que ninguém é dono do PMDB. E que o partido está coeso para enfrentar a observada mobilização da "esquerda" e da "direita" para inviabilizar a prática do governo, numa infeliz tradição de radicalização da América Latina.

Os 22 Governadores do PMDB decidiram agir em bloco para dialogar com o Governo Federal, Câmara e Senado, na busca de soluções para os seus problemas regionais e contribuindo nos temas nacionais, conforme disse o Governador Simon. A participação decisiva na elaboração da fórmula para contornar a crise sobre o mandato presidencial e o sistema de Governo na Convenção do partido, é que fez os Governadores perceberem "que é preciso diminuir a distância com estes poderes, sem querer criar um novo órgão".